

SINDICATO/PESSOAL DOCENTE

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

SÃO NECESSÁRIAS MEDIDAS URGENTES PARA EFECTIVAÇÃO DOS PROFESSORES

— considera o Secretariado Nacional da FNSP (afecta à UGT)

«A resolução do problema da estabilidade de emprego dos professores exige medidas que ultrapassam em muito a abertura de um normal concurso de efectivos» — afirma o Secretariado Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP), num comunicado distribuído no final de uma reunião ontem realizada no Porto.

Esta federação, afecta à UGT, além de considerar tais medidas «urgentes», afirma que estudou propostas a apresentar nesse sentido ao ministro da Educação, numa reunião já marcada para 11 de Fevereiro próximo.

O tema da estabilidade de emprego dos professores dos ensinos preparatório e

secundário, a par do processo de formação em serviço e da negociação do estatuto da carreira docente do ensino não superior constituem, na opinião do Secretariado, «as questões prioritárias» do momento.

Precisamente sobre a formação e o novo esquema em funcionamento no âmbito das escolas superiores de

educação e dos CIFOP (centros integrados de formação de professores), o secretariado inventariou os problemas que se colocam no sistema de formação em curso com o objectivo de encontrar soluções a apresentar ao ministro da Educação, igualmente na reunião do dia 11.

A FNSP afirma ter apresentado ao Ministério da Educação um documento sobre «princípios que devem informar o estatuto da carreira docente». O secretariado considera imperativo, a este propósito, que o Ministério «promova, com urgência, os estudos necessários à formulação de uma proposta concreta de estatuto, e

que essa proposta tenha em conta os princípios enunciados pela Federação», e recorda que, até ao momento, apenas foi apresentado à FNSP um documento de trabalho a que o próprio Ministério se não vincula.

Sobre a reunião realizada há dias com o secretário de Estado da Administração Escolar, a Federação verificou a existência de significativo retrocesso em matérias que tinham sido objecto de acordo em reuniões anteriores.

A resolução da situação salarial dos delegados e subdelegados escolares, a revisão do Decreto-Lei 100/86

(que situa o posicionamento dos professores na grelha da Função Pública) por forma a adequá-lo completamente à negociação que o antecedeu e a publicação do quadro complementar de efectivos no ensino primário são questões que a FNSP diz não abdicar.

Também a concessão da 6.ª fase aos professores que se aposentaram ou venham a aposentar-se a partir de 1 de Abril de 1986 e a criação de condições de estabilidade, na escola ou na localidade, para professores de avançada idade foram reivindicadas, uma vez mais, ao Ministério, acrescenta o comunicado.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31